



SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

SUMÁRIO

1. Objeto da contratação	2
2. Forma de contratação	5
3. Requisitos do fornecedor	5
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação	11
5. Modelo de Gestão	11
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto	12
7. Obrigações da Contratada	12
8. Regime de execução	13
9. Condições de recebimento do objeto	17
10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual	17
11. Forma de pagamento	18
12. Condições de reajuste	18
13. Garantia contratual	19
14. Plano de contratações	19
15. Responsável pela elaboração do TR	19
ANEXO I	21
1. Especificações técnicas do objeto	21
ANEXO II	27
1. Modelos de formulário para Vistoria	27





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de equipamentos para áreas industriais do parque gráfico

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

O objeto do presente Termo de Referência é a **aquisição de equipamentos para áreas industriais do parque gráfico** inerentes para a continuidade das atividades da Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF do Senado Federal, e **itens de apoio para a execução de atividades rotineiras de SGIDOC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual e justificativa de quantidade

A SEGRAF possui cinco equipamentos de corte linear em obsolescência sendo que dois deles estão inoperantes devido à dificuldade de encontrar componentes eletromecânicos compatíveis. Ademais, os três maquinários operacionais demandam manutenção frequente. Desses três equipamentos de corte em operação, somente dois deles são para capazes de cortar o padrão de formato de folha inteira (113 por 77 cm). Já a terceira guilhotina, encontra-se no mezanino do acabamento manual, é compatível somente para meia folha deste formato (76,6 por 56,8 cm).

A SEGRAF enfrenta desafios com equipamentos com equipamentos antigos, alguns com mais de 40 anos em atividade. Qualquer falha nessas máquinas resulta em atrasos consideráveis na produção. A atual guilhotina em operação, adquirida em 1988, crucial na fase final de acabamento, enfrenta dificuldades de manutenção devido à escassez de peças, ressaltando a urgência de adquirir equipamentos de corte mais modernos e eficientes para otimizar as operações do parque gráfico, levando em conta o desgaste natural e os custos de manutenção dos equipamentos atuais.

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

O grupo 1 (itens 1, 2 e 3) é composto por duas guilhotinas plana, acompanhada de serviço de instalação, treinamento e manutenção periódica após encerramento da garantia original de 12 meses. A presente contratação visa atender o serviço de acabamento industrial da SEGRAF evitando o comprometimento das operações e eventuais paralisações das atividades desta Secretaria. Deve-se observar que os itens foram





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

relacionados conforme a mínima necessidade de substituição e por serem essenciais na execução dos trabalhos.

Desde outubro de 2021, marco que iniciou o registro de ordens de serviço de manutenção (OSM), as guilhotinas lineares registraram 74 ocorrências em manutenção de um total de 1265 registros em todo parque gráfico até meados de maio de 2024, uma taxa que representa quase 5% dos esforços em manutenção para o período. Se considerarmos a soma dessas ocorrências na categoria guilhotina, as máquinas de corte ficaram em quarto lugar em demanda de serviço em manutenção.

Ainda é importante destacar que as guilhotinas lineares ou planas são essenciais na linha de produção do parque gráfico. Os maquinários são utilizados desde o início até o fim do processo de produção do impresso. Por exemplo, as guilhotinas processam as resmas de papéis conforme a programação do corte para impressão e finalizam o produto já impresso com o acabamento das bordas ou de um dos lados do produto. Logo, se uma dessas máquinas de corte se tornar inoperante, o tempo de produção das ordens de serviço gráfico aumentará significativamente e os solicitantes serão prejudicados. Logo há necessidade de adquirir maquinário atualizado, moderno e mais eficiente.

Já as máquinas coladeira (item 4) e prensa rotativa (item 5) possui finalidade de aumentar a eficiência e flexibilidade dos trabalhos de acabamento manual em função da ampliação do portfólio de produto com os projetos comemorativos institucionais. Como são bens relativamente baratos na indústria gráfica é prudente a aquisição de duas unidades de cada equipamento para realização de trabalhos simultâneos e/ou para momentos de contingência em caso de manutenção preventiva ou corretiva.

As duas paleteiras hidráulicas (item 6) e as duas paleteiras com balança digital integrada são para atender todo o parque gráfico do Senado Federal. Duas delas a serviço do Acabamento, outra no serviço de Impressão e a última para o serviço de Expedição.

Por fim, as três balanças de plataforma são instrumentos para conferência da massa de equipamentos, insumos e produtos impressos. As áreas de manutenção precisam de uma balança para fiscalizar as rolarias das máquinas que são revestidas sazonalmente em ata de registro de preço, o almoxarifado gráfico também precisa de uma nova balança em função da conferência de insumos e o serviço de expedição precisa de uma balança em função das remessas expedidas.

Quanto à secadora de papel (item 9), ficou evidenciada, pelo volume de trabalho atual, a necessidade de aquisição de mais 1 (uma). A necessidade para aquisição deste objeto se deve, além da secagem de papéis em geral, ao cuidado com as obras e documentos do acervo que passam por procedimento aquoso (banho), ficando armazenadas neste equipamento, com a garantia de preservação do formato, textura e inscrições gráficas.

Já as lupas conta-fios (item 10) servem para verificar técnicas das pinturas e





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

gravuras, bem como detalhes das tramas dos têxteis, além de identificar possíveis agentes microbiológicos. Mostra-se necessária a compra de 2 unidades desse objeto para atender as demandas de conservação e restauração provenientes dos diversos acervos que compõem a SGIDOC e que serão realizados por duas restauradoras de papel.

A balança de precisão analítica (item 11) é um instrumento de laboratório projetado para aferir com grande precisão o peso de pequenas massas. É extremamente sensível, capaz de medir quatro casas decimais à direita do ponto decimal (0,0001 g), e, por este motivo, seu uso se faz necessário para pesagem de insumos, tais como produtos químicos usados no preparo de soluções e na pesagem de celulose para a produção de papel artesanal. Em ambos os casos, a precisão da quantidade dos elementos misturados é fundamental. A mistura incorreta pode originar produtos com características químicas diferentes das desejadas, o que pode causar danos irreversíveis ao papel e comprometer a segurança dos profissionais. Uma unidade desse equipamento já atende às necessidades da SGIDOC.

Considera-se, ainda, que as especificações exigidas neste Termo de Referência para o objeto da contratação são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame, uma vez que as especificações técnicas solicitadas não são excessivas e que se justificam em razão da necessidade da Administração para correta execução dos serviços demandados.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação

A potencial contratação tem o objetivo de continuar a segunda fase de renovação do parque de acabamento gráfico do Senado Federal cuja maioria das máquinas encontram-se em obsolescência devido aos mais de trinta anos de operação. A iniciativa visa a aquisição de duas guilhotinas linear de alta velocidade e outros equipamentos de menor porte a fim de melhorar a qualidade e performance dos serviços de acabamento e assim reduzir a demanda em manutenção e mitigar riscos de eventuais paralisações das atividades desta Secretaria. Por fim, deve-se observar que os itens foram relacionados conforme a necessidade de substituição e por serem essenciais no processo industrial gráfico.

Entende-se que, considerando uma perspectiva de custo x benefício, a contratação dos objetos em tela é a que melhor atende à Administração para a finalidade necessárias, tendo em vista que os insumos são de uso contínuo dentro do parque produtivo, estabelecidos no mercado gráfico e capazes de serem fornecidos por uma grande gama de fornecedores e fabricantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

1.2.4. Número do contrato vigente ou vencido

1.2.4.1. N/A

2. Forma de contratação

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. A SEGRAF sugere que seja adotada a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, assim como o art. 1º, caput e §1º e art. 3º, do Decreto nº 10.024/2019.

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

2.3.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

2.3.2. A não adoção do sistema de registro de preços se deve ao não enquadramento nas hipóteses previstas no Decreto nº 11.462/2023. Tendo em vista tratar-se de compra eventual, de pouca quantidade, o modelo de SRP não é possível ou apropriado para esse tipo de contratação

2.4. Critério de julgamento da contratação

2.4.1. A SEGRAF sugere adotar o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.4.1.1. O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

2.5.1. A SEGRAF solicita que seja adotado o critério de adjudicação “por grupo” para os itens 1,2 e 3, e “por item” para os itens 4 à 11.

2.5.2. A criação do grupo 1 tem vista a existência dos seguintes fatores técnicos que justificam o agrupamento dos itens pois cada fabricante de maquinário gráfico automatizado compõe sua solução através de pacote de itens que são complementares, interdependentes e não intercambiáveis. Por exemplo: treinamento, assistência técnica, peças e serviços de manutenção periódica são customizados e pertencentes a um modelo específico de um dado fabricante.

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de que a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.7. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.7.1 – Para o grupo 1, não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte devido à capacidade financeira, do risco de inadimplência e da complexidade e especialização da solução de cada grupo do objeto. Já para os demais itens, não há óbice para o tratamento diferenciado da lei 123/2006.

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Necessidade de vistoria





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

A licitante que quiser participar do grupo 1 deverá apresentar termo de vistoria ou declaração de dispensa de vistoria cujos modelos estão no Anexo II deste TR, na forma das alíneas abaixo:

- a) Com o objetivo de permitir a formulação mais precisa das propostas pelas licitantes, faculta-se às interessadas a realização de vistoria às instalações e dependências da gráfica do Senado Federal para verificar o acesso de logística, os quadros elétricos, o local de instalação e de treinamento, nos termos abaixo, considerando a complexidade do objeto em que as máquinas pesadas exigem conhecimentos técnicos específicos de instalação, operação e manutenção.
- b) O Senado Federal fornecerá ponto elétrico trifásico de 380V composto por disjuntor com capacidade entre 40A e 60A e distâncias de até 50 metros dos locais de instalação dos equipamentos. Ademais, disponibilizará equipe de apoio para realizar o acompanhamento do fornecimento e instalação do maquinário inclusive disponibilizando empilhadeira e transpaleteira.
- c) É facultado à licitante interessada em participar do Pregão decorrente deste TR, mediante prévio agendamento junto ao SEMAIN (Serviço de Manutenção Industrial) do Senado Federal, realizar vistoria técnica, com antecedência mínima de 1 dia útil contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.
- d) A vistoria deverá ser agendada de segunda a sexta-feira entre os horários de 09:00 às 17:00, pelos telefones (61) 3303-3783 ou (61) 3303-4126 ou pelo e-mail semain@senado.leg.br ou ngprod@senado.leg.br.
- e) Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.
- f) A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.
- g) A comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).
- h) Caso o vistoriador não atenda aos requisitos acima, não será executada a vistoria.
- i) Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pelo Serviço de Manutenção Industrial.
- j) Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do edital.
- k) O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentada junto com o documento de habilitação. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

3.2. Capacidade Técnica

3.2.1. Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal

3.2.2. Será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes apenas para o grupo 1, porquanto o objeto da presente contratação apresenta complexidade técnica que requeiram a comprovação de qualificação técnica pela licitante.

3.2.2.1. Portanto, deverá a licitante apresentar, para o grupo 1:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu e instalou, de forma satisfatória, pelo menos uma guilhotina linear de porte similar àquelas que constituem o objeto deste edital, bem como que já prestou, a contento, por período não inferior a 6 (seis) meses, qualquer tipo de serviço de manutenção em máquinas gráficas automatizadas.

b) Para comprovação dos requisitos qualitativos exigidos pela alínea “a” (fornecimento, instalação e manutenção), será aceito o somatório de atestados.

c) Para comprovação do lapso temporal exigido pela alínea “a” (6 meses), será aceito o somatório de atestados, desde que se refiram a períodos sucessivos, mas não concomitantes.

3.2.2.1.2. Declaração de que disporá, por ocasião da assinatura do contrato proveniente desta licitação, de pelo menos 1 (um) profissional com certificação válida em instalação, operação, manutenção ou área correlata do maquinário gráfico automatizado ofertado em sua proposta, emitido pela fabricante do equipamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

3.2.2.1.3. Termo de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, observado o disposto nos subitens 3.2, 3.3 e 3.4 do TR.

3.2.3. Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

3.2.4. Essas exigências técnicas são necessárias e indispensáveis para a execução adequada do objeto por se tratar de maquinário gráfico automatizado que possui, além dos componentes mecânicos, placas, dispositivos eletrônicos e softwares de operação, vida útil acima de 10 anos. Logo as exigências tendem a evitar potencial solução única e isolada que não atenderá demanda por peças e serviços de manutenção no médio e longo prazo de operação do equipamento.

3.2.5. Essa solicitação refere-se à necessidade de justificar de forma detalhada os **requisitos mínimos** estabelecidos no Termo de Referência para a qualificação técnica, com base nos critérios de experiência anterior ou capacidade técnica, que serão comprovados por meio de atestados. Isso é importante para garantir que tais exigências sejam proporcionais e relacionadas ao objeto da contratação, conforme prevê a **Lei nº 14.133/2021** e o **ADG nº 14/2022**, a saber:

3.2.5.1. Fundamentação Legal: Em atendimento ao disposto no art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021, bem como no art. 8º, §5º, do Anexo III do ADG nº 14/2022, a definição dos requisitos mínimos para qualificação técnica visa assegurar a seleção de fornecedores aptos a cumprir o objeto da contratação, garantindo eficiência, qualidade e segurança na execução.

3.2.5.2. **Dimensão Qualitativa dos Requisitos:** Os requisitos mínimos estabelecidos para a comprovação de capacidade técnica, por meio de atestados, baseiam-se na complexidade, especificidades e riscos envolvidos na execução do objeto. Essas exigências foram definidas considerando:

- Experiência específica: Necessidade de comprovação de execução de serviços ou fornecimento de bens similares, em condições técnicas equivalentes, para garantir a capacidade de atendimento ao escopo.
- Qualidade técnica: Garantia de que o fornecedor possui histórico comprovado de entrega com padrões técnicos adequados.

3.2.5.3. **3. Dimensão Temporal dos Requisitos.** A exigência de experiência em um período determinado considera:





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

- **Atualidade da experiência:** Garantir que o fornecedor possui experiência recente e relevante, compatível com as práticas atuais do mercado e com as exigências tecnológicas do objeto.
- **Viabilidade de comprovação:** O período estipulado foi definido de forma a permitir ampla participação de potenciais interessados, evitando critérios excessivamente restritivos.

3.2.5.4. 4. Proporcionalidade e Justificativa Específica. Os requisitos mínimos foram fixados em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, com base em:

- **Relação direta com o objeto:** Todos os critérios exigidos estão diretamente vinculados à garantia de cumprimento adequado do contrato.
- **Prevenção de riscos:** As exigências são necessárias para evitar falhas na execução ou fornecimento.
- **Consulta ao mercado:** Análise prévia de condições de mercado para assegurar que as exigências não restringem indevidamente a competitividade.

3.2.6. Qualificação econômico-financeira para o Grupo 1:

3.2.6.1.1. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a.1) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente

a.2) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.2.1) Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

a.2.2) Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

a.2.3) Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

b) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

A justificativa da inclusão do texto dá-se pela própria exigência legal. A SEGRAF, assim, está seguindo estritamente o dispositivo da NLL, em consonância com os modelos de texto estipulados na minuta padrão,

O dispositivo legal, por sua vez, prevê em seu art. 69 a exigência da qualificação econômico-financeira prevista no TR e que a contratação em tela não atende aos requisitos de dispensa previstos no inciso III do art. 70 da Lei 14133/2021, a saber:

*“Art. 70. A documentação referida neste Capítulo **poderá ser:***

I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).”

3.2.7. Qualificação econômico-financeira para os itens 4 à 11:

3.2.7.1.1. Deverá a empresa apresentar Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

3.3. Necessidade de apresentação de amostras

3.3.1. N/A

4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

4.1. Formalização do ajuste

4.1.1. A formalização do ajuste será feita por meio de contrato para o grupo 1, tendo em vista que o valor estimado da contratação é superior ao limite previsto para se dispensar licitação e a contratação objetiva compras para entrega com prazo superior a 30 dias corridos. Para os demais itens, a formalização pode ser realizada via nota de empenho.

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

4.2.1. Para o grupo 1:

4.2.1.1. O contrato decorrente deste termo de referência terá vigência desde sua assinatura até 48 (quarenta e oito) meses consecutivos após o recebimento definitivo do objeto detalhado no item 1, ou até a execução plena do objeto, aquela que ocorrer primeiro.

4.2.2. Para os demais itens:

4.2.2.1. A nota de empenho decorrente deste termo de referência terá vigência de 6 (seis) meses, a contar de sua assinatura, ou até a execução plena do objeto, aquela que ocorrer primeiro.

5. Modelo de Gestão

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

5.1.1. Gestão

Gestor titular: Márcio de Holanda Meireles Viana (364130)

Gestor substituto: ATSEGRAF

Fiscalização: André Santana (268656) e SEACAB

5.2. Forma de comunicação entre as partes

5.2.1. A comunicação entre o SENADO e a empresa contratada se dará por meio de email (semain@senado.leg.br e ngprod@senado.leg.br) para fins de execução





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

contratual (após a homologação do certame e assinatura do contrato/recebimento da NE/assinatura da ARP), facultado qualquer outro modelo a ser definido pela gestão ou pela fiscalização.

6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1. A Contratada fornecerá os itens 1 do objeto deste Termo de Referência, em parcela única, no prazo de até 180 dias corridos, a contar do recebimento da via assinada do contrato.

6.1.1. O prazo acima mencionado já deve contemplar, também, a instalação (item 1 do grupo 1)

6.2. A Contratada fornecerá o item 3 do objeto deste Termo de Referência, em três parcelas anuais até a vigência contratual, a contar do encerramento da garantia original de 12 meses.

6.3. A Contratada fornecerá os itens 4 à 11 do objeto deste Termo de Referência, em parcela única, no prazo de até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho

7. Obrigações da Contratada

7.1. São obrigações da Contratada, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.1.1. Manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

7.1.2. Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

7.1.3. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;

7.1.4. Manter preposto para este ajuste que irá representá-la, sempre que for necessário.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

7.1.5. Manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

7.1.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

7.1.7. Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;

7.1.8. Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros.

7.1.9. Empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada e a ela vinculados.

7.1.10. Apresentar, para o grupo 1, previamente as sugestões de alterações elétricas a serem realizadas em função da instalação do equipamento incluindo as seções de condução dos cabos e dimensionamento/encaminhamento de infraestrutura a partir da vistoria técnica. O Senado Federal fornecerá ponto elétrico trifásico de 380V composto por disjuntor com capacidade entre 40A e 60A e distâncias de até 50 metros dos locais de instalação do equipamento.

7.1.10.1. Se a contratada não apresentar previamente as sugestões de alterações elétricas, a mesma deverá responsabilizar-se pelas eventuais alterações adicionais no quadro elétrico, incluindo mudança de disjuntores e/ou acréscimo de novos circuitos e aumento de capacidade em relação ao disponibilizado incluindo fornecimento de condutores, infraestrutura (eletrodutos/eletrocalhas), tomadas comuns e industriais. E se for o caso, crimpagem dos cabos e identificação dos condutores/disjuntores. As instalações devem ser obrigatoriamente realizadas conforme as orientações do fabricante original do equipamento e a ABNT NBR 5410.

7.1.10.2. Caso o fornecedor ou o fabricante original do equipamento entendam que a alimentação elétrica disponibilizada pelo Senado Federal é incompatível com o equipamento, a Contratada deverá incluir no escopo da contratação o fornecimento e instalação de equipamentos para adequação da energia, incluindo transformadores, estabilizadores e/ou sistemas de energia ininterrupta (nobreaks) conforme o caso. Não haverá pagamento adicional para o fornecimento dos equipamentos necessários para adequação da tensão.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

7.1.11. Apresentar prospecto técnico completo do equipamento juntamente com a proposta de preços.

7.2. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

7.3. As obrigações do contratante serão definidas no edital, de acordo com as normas do Senado Federal.

8. Regime de execução

Para o item 1:

8.1. O item 1 deste Termo de Referência deverão ser entregue e instalados, em dias úteis, durante o horário de 9h às 17h, no Serviço de Acabamento - SEACAB, localizado na Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF do Senado Federal, localizado na via N2, Bloco 9, Brasília-DF, CEP 70165-900, os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, de modelo padronizado da fabricante, sem customizações extras e pontuais, encontrar-se em linha de produção, acondicionados em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, nome do fabricante e número do pregão.

8.2. O contratado fornecerá o produto conforme a marca e especificação discriminada em sua proposta.

8.3. Deverá acompanhar os equipamentos todos os manuais, dentre eles: o manual de operação, de segurança, de peças de reposição e manutenção, em português ou inglês, no formato digital ou impresso.

8.3.1. Os manuais supracitados podem ser requeridos pelo Senado Federal em suas versões atualizadas a qualquer momento, mesmo após o término da vigência contratual, visto que os fabricantes costumam mudar/atualizar os códigos das peças em novas versões de manuais, sendo imprescindível que o Senado detenha essa informação para poder detalhar, corretamente, novas compras de peças.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

8.4. Não há necessidade de emissão de ordem de fornecimento por parte da SEGRAF. Tal exigência apenas torna o processo mais moroso e burocrático, tendo em vista que o próprio contrato é claro em todas as suas demandas. Caso seja necessário, por exigência legal, a emissão de ordem de fornecimento, pedimos que seja indicado à SEGRAF, juntamente com a justificativa fundamentada, para que possamos incluir no TR.

8.5. O prazo de garantia do item 1 será de, no mínimo, 12 meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.

8.6. Assim que a contratada souber a data estimada da entrega, esta deverá entrar em contato com o Gestor, para que seja providenciada com antecedência, junto aos órgãos competentes do Senado Federal, a autorização de acesso.

8.7. Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

8.8. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao contratado providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da notificação por escrito.

8.9. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo ao contratado fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.10. O equipamento será recusado se não atender às especificações técnicas contidas na proposta e na documentação técnica, se apresentar índices de desempenho inferior ao estabelecido no edital de licitação e ainda se apresentar defeitos durante a instalação e que não tenham sido solucionados pela CONTRATADA.

8.11. Nobreaks, estabilizadores, transformadores, ferramentas, partes e acessórios necessários à instalação, funcionamento e manutenção dos equipamentos correrão às expensas da CONTRATADA

8.12. Ao Senado não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

8.13. Caberá ao contratado o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

8.14. Independentemente da aceitação, o contratado garantirá a qualidade do





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da notificação do gestor

8.15. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do § 2º, do art. 80, do ADG nº 14/2022.

8.15.1. Para os fins no item acima, o contratado deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

Para o item 2:

8.16. A licitante deverá realizar presencialmente o treinamento operacional e de manutenção do equipamento no Serviço de Acabamento da Secretaria de Editoração e SEACAB, localizado na Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF do Senado Federal, localizado na via N2, Bloco 9, Brasília-DF, CEP 70165-900.

8.17. O treinamento operacional e de manutenção do equipamento deverá ser realizado para até vinte colaboradores, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório do item 1, em horário comercial (8h às 18h), com carga horária mínima de 16 (dezesseis) horas, por profissional certificado pelo fabricante do equipamento, conforme atestado de capacidade técnica solicitado na habilitação da proposta;

8.18. O treinamento deverá ser ministrado no local de instalação do equipamento; e deverá abranger, no mínimo, os seguintes tópicos: princípio de funcionamento, programação e regulagem dos modos de operação; Interpretação das mensagens de erro e ações corretivas; Rotinas de manutenção preventiva adequada ao equipamento, inclusive a relação, quando necessário dos pontos de lubrificação, tipos de lubrificantes e periodicidade de lubrificação; Modo de operação do equipamento, troca de suprimentos, ajustes e configurações, uso correto do equipamento, visando reduzir o risco de acidentes e otimizar seu desempenho e consumo.

Para o item 3:

8.19. A licitante deverá realizar presencialmente os serviços anuais de manutenção periódica dos equipamentos (duas guilhotinas) no Serviço de Acabamento da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF, em Brasília/DF; Anexo II do Senado Federal, localizado à via N2, Bloco 09, Brasília-DF, CEP 70.165-900.

8.20. Os serviços de manutenção periódica deverão ser prestados anualmente,





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

em três parcelas, mediante agendamento prévio entre as partes, e deverá conter um mínimo de 16 horas de atendimento in loco.

8.20.1. Os serviços serão realizados em três acionamentos no total ao longo da vigência contratual. Assim, o primeiro acionamento será realizado a partir do 13º até 24º mês; o segundo, do 25º até 36º e o último a partir do 37º até o 48º mês, a contar do termo de recebimento definitivo do item 1, conforme formalização da demanda de acionamento pelo fiscal.

8.20.2. O agendamento se dará por iniciativa do Senado, via email, de acordo com as janelas de operação dos equipamentos e as possibilidades técnicas

8.20.3. A demanda de acionamento pelo fiscal será realizada via email, de forma que a data de início dos serviços não será menor do que 30 dias da data de envio do referido pedido de agendamento.

8.21. Na prestação dos serviços elencados estão inclusas as despesas de deslocamento, estadia e alimentação, dos técnicos acionados para as chamadas técnicas de manutenção, bem como qualquer outra despesa necessária para a correta execução dos trabalhos. Exceto peças de reposição fora do período de garantia.

8.22. A manutenção periódica consistirá na inspeção, por meio de técnicos certificados pelo fabricante dos equipamentos (duas guilhotinas) e devidamente identificados para eliminação de defeitos que reduzam a capacidade de produção estipulada pelo fabricante, constituída de. No mínimo:

- Inspeção e verificação geral do maquinário;
- Verificação dos pontos de lubrificação e graxa, de pressão, de níveis de fluidos, de sistemas principais e periféricos, de filtros e de bomba(s);
- Verificação da parte eletrônica e mecânica;
- Limpeza, ajustes e regulagens correlatas;
- Acompanhamento de produção após término das verificações periódicas de manutenção.
- Emissão de relatório técnico com sugestões de procedimentos de operação e manutenção assim como listagem de peças a serem adquiridas em curto, médio e longo prazo.

8.22.1.1. Não obstante ao detalhamento acima, a empresa deverá também realizar testes e emitir orientação e assessoria técnica, devendo para isto fornecer





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

todos os materiais recomendados pelo fabricante, tais como ferramentas, lubrificantes, graxas, óleos, estopa, limpadores e outros.

8.23. Os serviços de manutenção periódica serão recebidos anualmente a partir do 13º mês de vigência do contrato ou após o término da garantia original, mediante atesto do gestor.

Para os itens 4 à 11:

8.23.1. Os itens 4 à 11 deste Termo de Referência deverão ser entregues, em dias úteis, durante o horário de 9h às 12h e das 14h às 17h, no Serviço de Almoxarifado de Produtos Gráficos - SAPF, localizado na Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF do Senado Federal, localizado na via N2, Bloco 5, Brasília-DF, CEP 70100-900, em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, nome do fabricante e número do pregão.

8.23.2. O contratado fornecerá o(s) produto(s) conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta.

8.23.3. Não há necessidade de emissão de ordem de fornecimento por parte da SEGRAF. Tal exigência apenas torna o processo mais moroso e burocrático, tendo em vista que a própria nota de empenho e o edital é clara em todas as suas demandas. Caso seja necessário, por exigência legal, a emissão de ordem de fornecimento, pedimos que seja indicado à SEGRAF, juntamente com a justificativa fundamentada, para que possamos incluir no TR.

8.23.4. O prazo de garantia dos objetos será de, no mínimo, 12 meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.

8.23.5. Assim que a contratada souber a data estimada da entrega, esta deverá entrar em contato com o Gestor, para que seja providenciada com antecedência, junto aos órgãos competentes do Senado Federal, a autorização de acesso.

8.23.6. Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

8.23.7. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao contratado providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da notificação por escrito;





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

8.23.8. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo ao contratado fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.23.9. Ao Senado não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

8.23.10. Caberá ao contratado o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

8.23.11. Independentemente da aceitação, o contratado garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da notificação do gestor

9. Condições de recebimento do objeto

9.1.1. Efetivada a entrega para o item 1, os objetos serão recebidos:

9.1.1.1. **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais

9.1.1.2. **definitivamente**, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 30 dias corridos, contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.1.2. Efetivada a entrega para o item 2, o objeto será recebido:

9.1.2.1. **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico

9.1.2.2. **definitivamente**, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 30 dias corridos, contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

